

Cursos de Economia e de Administração e Gestão de Empresas

DIREITO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

1ª frequência

22/10/2013

Nome: _____

Número: _____

Turma: _____

Folha de exame para entregar

I

Escolha apenas uma das afirmações relativas a cada uma das questões abaixo enunciadas, desenhando um círculo sobre a letra que assinala a (única) resposta que considera correta.

Atenção: Por cada resposta assinalada errada será deduzida à cotação global do teste 0,5 valor, pelo que em caso de dúvida é preferível não responder, uma vez que se não assinalar qualquer resposta não sofre dedução.

Nas **questões 3 e 4** justifique as suas respostas (respeitando o espaço disponível para o efeito), indicando, se possível, as disposições legais aplicáveis. As respostas certas não fundamentadas são cotadas com 1,0 valor.

1. A doação:

- A. Nunca é um contrato.
- B. É um negócio jurídico unilateral.
- C. Pode ser um ato jurídico simples.
- D. É sempre um contrato.**

2. O diploma que disciplina as práticas individuais no mercado português, condenando as que são restritivas, é:

- A. O Código Civil.
- B. O DL 370/93, de 29 de outubro.**
- C. A Lei da Concorrência (Lei nº 19/2012, de 8 de maio).
- D. O Tratado do Funcionamento da União Europeia.

II

3. As pessoas coletivas têm:

- A. Personalidade jurídica, mas não têm capacidade de gozo.
- B. Uma capacidade de exercício coincidente com a respetiva capacidade de gozo.**
- C. Uma capacidade de gozo idêntica à das pessoas singulares.
- D. Capacidade jurídica de gozo, mas não têm capacidade de exercício.

.../...

As pessoas coletivas têm uma capacidade de gozo correspondente aos direitos e vinculações necessários e adequados para exercerem o seu objeto e realizarem os fins que prosseguem (cfr. art. 160º, nº 1 do CC).

Mas, no quadro dos *direitos e obrigações necessários e convenientes à prossecução dos seus fins*, de que são titulares ou se encontram adstritas, não têm quaisquer restrições ao exercício desses direitos e ao cumprimento dessas obrigações.

A sua capacidade de exercício consiste na possibilidade de atuarem todos esses direitos e obrigações, que lhes pertencem (de que são titulares) ou que se encontram adstritas (vinculadas). Por isso, é totalmente coincidente com a sua capacidade de gozo.

4. A autotutela é concorrente com a heterotutela, e não meramente subsidiária,

A. Na ação direta.

B. No direito de retenção.

C. No estado de necessidade.

D. Na legítima defesa.

A autotutela, ou justiça privada, só se pode exercer nos casos em que a lei expressamente autorizar as pessoas (jurídicas) a recorrer à própria força ou a meios próprios para realizar o Direito.

Tal acontece em circunstâncias em que os sujeitos de Direito não dispõem de tempo útil para recorrer à heterotutela ou justiça aplicada pelo Estado de modo a evitar que a violação atual ou iminente de um direito seja consumada – situações previstas nos arts. 336º e segs. do CC (ação direta, legítima defesa e estado de necessidade) – ou nos casos em que o Direito lhes concede a possibilidade de escolherem entre recorrer à heterotutela ou recorrer a meios próprios para impedir a violação do Direito ou induzir ao seu cumprimento. Neste último caso, a autotutela é concorrente com a heterotutela, e não meramente subsidiária. Constitui exemplo, o direito de retenção, previsto nos arts. 754º e 755º do CC:

Observações finais:

1. Faça uma **letra legível** e não exceda o **espaço disponível** no Grupo II*, entregando a folha com as questões I e II, no máximo **25mn** após o início do teste, para receber a segunda parte do teste.

(*) – Será penalizado(a) se ultrapassar esse espaço.

Caso se engane a colocar o círculo, ponha uma cruz por cima do círculo e faça um novo círculo, indicando à margem, se necessário, qual a sua opção final.

2. Pode utilizar legislação (não anotada), mas não pode recorrer a *tablets*. **3.** Durante a resposta a estes grupos não se pode ausentar da sala.

4. Duração total (do exame): 2h (120mn).

5. O telemóvel deve permanecer desligado.

Cotações das diversas questões

Grupo **I**: 1 a 2: 1,0 valor cada (total de 2,0 valores). Grupo **II**: 3 e 4: 2,0 valores cada (total de 4,0 valores). Grupo **III**: 9,0 valores. Grupo **IV**: 5,0 valores.

Cursos de Economia e de Administração e Gestão de Empresas

DIREITO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

1ª frequência

22/10/2013

III

Alfredo, médico otorrino, foi passear o seu cachorro, tendo decidido entrar num estabelecimento comercial de porcelanas [*Direito Comercial / comerciante e Direito das Obrigações: compra e venda*]. Ao fazê-lo, tropeçou num fio elétrico que se encontrava mal posicionado e embateu num expositor repleto de porcelanas, que caiu ao chão com estrondo e com todo o seu recheio [*Direito das Obrigações / Responsabilidade civil do titular do estabelecimento (art. 227º do CC – culpa in contrahendo) e do comprador / Dano / Sanção reconstitutiva ou compensatória*]. O seu cão assustou-se e, apesar de se encontrar preso pela trela, mordeu no gerente da loja [*Direito Comercial / Mandato comercial*], **Benedito**, que teve de ser internado no hospital e só voltou a trabalhar um mês mais tarde [*Ofensa corporal / Responsabilidade civil / Danos – art. 502º CC / Sanção compensatória (ressarcitória)*].

No meio da confusão, entrou na loja um sujeito com interesse em fazer seu o dinheiro que se encontrava na caixa (registadora) [*Direito Penal / Crime (de Tentativa de Roubo)*]. Mesmo caído no chão, **Alfredo** arremessou um vaso de porcelana valioso que, acertando no ladrão [*Sanção punitiva*], o colocou em fuga [*Legítima defesa*].

Entretanto, ao regressar a casa – que se situava no 9º andar de um prédio com doze andares –, **Alfredo** sentiu cheiro a queimado e verificou que por debaixo da porta do 10º andar saía fumo. Chamou os bombeiros [*Direito Administrativo*], mas porque estes tivessem demorado, resolveu arrombar a porta do vizinho e, munido do seu extintor, dirigiu-se à respetiva cozinha onde se deparou com um princípio de incêndio, que rapidamente debelou [*Direito Civil / Estado de necessidade – art. 339º CC*].

Quando regressou a casa, o vizinho, **Felismino** ficou muito contrariado, porque, para além dos danos da porta de entrada, a cozinha também apresentava estragos [*Prejuízos / Danos / Direito das Obrigações*].

Considerando as situações descritas, responda às seguintes questões:

1. A sociedade **Porcelanamiga, S.A.** [*Direito Comercial e das Sociedades Comerciais*], titular do estabelecimento, em que **Alfredo** caiu, reclama deste o pagamento das porcelanas que se encontravam no expositor derrubado, do vaso por este arremessado e ainda do valor do salário de **Benedito** [*Direito do Trabalho*].
Estão em causa os danos sofridos pela sociedade anónima titular do estabelecimento, designadamente as porcelanas que se partiram (incluindo o vaso arremessado contra o ladrão) e o valor do salário do trabalhador.

Alfredo entende que não tem nada a pagar, visto que tudo aconteceu por negligência do estabelecimento, tendo o descontrolo do seu cão ficado a dever-se ao barulho provocado pela queda do armário-expositor. Acresce que a entidade em causa não tem direito de reclamar judicialmente a reparação dos danos [*Direito Processual Civil*], por falta de personalidade jurídica. Quanto ao vaso, que atirou contra o larápio, refere que o mesmo evitou que tivesse sido consumado um crime. *Quid juris?*

O gerente, e responsável pelo estabelecimento, atuou com negligência ao deixar um fio elétrico mal posicionado que originou a queda de um potencial cliente, Alfredo, que, por essa razão, provocou a queda de um expositor da loja, o que alarmou o cão de Alfredo que, por essa razão, mordeu o gerente.

Enquanto o (titular do) estabelecimento deve ser responsável, no contexto da culpa in contraindendo, pela sua (des)organização, já a dentada do cão é questionável, apesar de originada pelo ruído provocado pela queda do expositor. Em qualquer circunstância, a responsabilidade é limitada ao risco (cfr. art. 502º do CC), se considerarmos que Alfredo tomou as precauções exigidas. Se concluirmos diferentemente, assume responsabilidade extracontratual (pelo facto ilícito – art. 493º do CC).

A sociedade tem personalidade jurídica e judiciária, podendo reclamar judicialmente os danos sofridos, se entender que Alfredo é o responsável pelos mesmos.

O vaso foi utilizado em benefício do titular do estabelecimento – em legítima defesa do património alheio (cfr. art. 337º, nº 1) –, sendo a ação admissível no contexto em que foi praticada.

Contudo, pode haver responsabilidade civil pelo facto, apesar de lícito. Em rigor, haveria que ponderar a proporcionalidade da ação de Alfredo e do prejuízo que resultaria do roubo e que a mesma conseguiu evitar.

2. **Felismino**, por seu lado, reclama de **Alfredo** o valor dos danos, por este, causados no seu apartamento [*Direitos reais – de propriedade*] e **Alfredo** recusa-se a pagá-los, alegando que atuou no interesse de **Felismino**. Considera, aliás, que este é responsável pelo custo da recarga do extintor. *Quid juris?*

Alfredo atuou em estado de necessidade (cfr. art. 339º do CC), visto que – na situação de perigo iminente em que se encontrava o apartamento de Felismino e possivelmente a casa de Alfredo – não se podia limitar a aguardar a chegada dos bombeiros.

Para tentar apagar o fogo, Alfredo cometeu alguns danos na propriedade alheia (de Felismino) e usando o seu extintor, teve de assumir os encargos da sua recarga.

Ao atuar no contexto descrito, Alfredo interveio lícitamente, tendo Felismino beneficiado dessa ação. Deveria, pois, estar agradecido custear a recarga do extintor, esvaziado em seu benefício.

No âmbito do nº 2 do art. 339º poderia ainda questionar-se a possibilidade de o tribunal decidir repartir a reparação dos danos relevantes pelos beneficiários dos mesmos, tendo em conta que a possível propagação do incêndio poria em perigo outras frações (incluindo a pertencente a Alfredo).

3. Identifique as sanções jurídicas e todos os ramos de Direito que se encontram envolvidas na situação descrita e nas questões anteriores, caracterizando-os.

Ver texto

IV

Sabendo que existe uma norma que prevê a incriminação do crime de dano, com uma pena máxima de 2 (dois) anos, e que no passado dia 13 de junho, **Jerónimo**, jovem artista urbano,

grafitou as paredes do Estádio da Luz, incluindo a estátua do Eusébio, causando avultados prejuízos ao Sport Lisboa e Benfica, e ainda que – no decurso do julgamento – veio a ser alterado o Código Penal, passando a punir os danos por grafitis, com a pena máxima de 4 (quatro) anos e reduzindo a pena do dano simples para o máximo de 1 (um) ano, refira qual a pena máxima em que **Jerónimo** pode incorrer e justifique.

Imagine-se que, encontrando-se **Jerónimo** a cumprir a pena, o Tribunal Constitucional declara a inconstitucionalidade da lei que incriminou os grafitis. *Quid juris?* Explique se tal declaração, com força geral e obrigatória, provoca alguma alteração no cumprimento da pena de **Jerónimo**.

A situação descrita é meramente hipotética e contempla duas situações:

Primeira:

- 1. Jerónimo cometeu um crime de dano, em 13 de junho de 2013, ao grafitar o Estádio da Luz e a estátua do Eusébio.*
- 2. No momento da prática do crime, a sanção punitiva aplicável (pena) consistia num máximo de 2 anos.*
- 3. No decurso do seu julgamento, o Código Penal foi alterado tendo passado a punir os danos com grafitis com a pena máxima de 4 anos e a pena do dano simples com o máximo de um ano.*
- 4. Quando cometeu a infração, em 13 de junho de 2013, os grafitis não eram objeto de incriminação autónoma e específica, pelo que se reconduziam a simples danos.*
- 5. O facto de, posteriormente à prática da infração, os grafitis terem passado a ser sancionados penalmente não afeta Jerónimo, visto que o crime, como tal, não existia no momento da prática do ato (Nullum crimen sine lege – art. 29º, nº 1 da CRP).*
- 6. No entanto, os grafitis causam danos e, por isso, podem reconduzir-se a um crime de dano, o único que existia no momento em que eles foram feitos.*
- 7. Contudo, a pena aplicável ao crime cometido (crime de dano simples) foi, entretanto, reduzida, antes de concluído o julgamento de Jerónimo. Neste caso, o tribunal dever-lhe-á aplicar a moldura penal que for mais favorável. E essa é a resultante da alteração do Código Penal: pena máxima de um ano.*

Segunda:

- 1. O Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade da lei que incriminou os grafitis.*
- 2. Apesar de podermos distinguir duas situações – consoante a inconstitucionalidade abranja a alteração do Código Penal na sua totalidade ou apenas elimine o crime de grafitis –, a resposta é apenas uma, visto que a sentença – que havia punido Jerónimo com o máximo de um ano – havia transitado em julgado, não havendo, pois, lugar a revisão, nem agravamento da pena.*
- 3. Mesmo que a inconstitucionalidade abranja a alteração do Código Penal na sua totalidade, dando-se o efeito reprecursor da lei revogada, que estabelecia a pena máxima de dois anos (cfr. art. 282º, nº 1 da CRP), o trânsito em julgado da sentença não permite qualquer agravamento.*
- 4. Também não é legítimo concluir que, com esse efeito, não havia crime no momento em que o grafiti foi feito, porque a lei que punia o dano foi reposta, como se nunca tivesse sido substituída.*
- 5. Concluindo, a declaração de inconstitucionalidade não provoca qualquer alteração no cumprimento da pena de Jerónimo.*

Cotações das diversas questões:

1. Grupo I, nºs 1 e 2: 2 valores (1,0 valor cada).
2. Grupo II, nºs 3 e 4: 4 valores (2,0 valores cada).
3. Grupo III: 9 valores (1: 3,0 v; 2: 2,0v; 3: 4,0v).
4. Grupo IV: 5 valores.

Observações finais:

1. Antes de iniciar as suas respostas (que deve fundamentar, citando as disposições legais aplicáveis, sem as transcrever), leia com atenção o enunciado do teste.
2. Justifique as respostas, colocando as hipóteses que entender.
3. Indique a turma a que pertence.
4. Faça uma letra legível.
5. Pode utilizar legislação (não anotada), mas não pode recorrer a *tablet*, nem a qualquer material informático.
6. Durante o teste não se poderá ausentar da sala. Se o fizer, o facto deverá ser averbado na folha de exame.
7. Duração total: **2h (120 minutos)**, isto é 25+95).
8. O telemóvel deve permanecer desligado.